

DESTINOS TRAÇADOS? GÊNERO, RAÇA, PRECARIZAÇÃO E RESISTÊNCIA ENTRE MERENDEIRAS NO RIO DE JANEIRO

TRACINGS FATES? GENDER, RACE, PRECARIOUSNESS AND RESISTANCE BETWEEN THE SCHOOL COOKS IN RIO DE JANEIRO

Rogério Mendes de Lima¹
Elisa Costa de Carvalho²

RESUMO

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa que buscou investigar as relações entre gênero, raça e precarização do trabalho em um grupo de merendeiras do Colégio Pedro II no Rio de Janeiro. Partindo da constatação de que as merendeiras são um grupo formado majoritariamente por mulheres negras moradoras da periferia, o estudo procurou analisar as relações entre a trajetória social das entrevistadas e sua inserção profissional. A constatação foi a de que há uma vinculação direta entre o fato de serem mulheres e negras, o exercício da profissão de merendeiras e as condições de precarização vivenciadas cotidianamente nos locais de trabalho. Os resultados da pesquisa permitem concluir que por um lado, ainda que se percebam avanços nas relações de gênero e raça nas últimas décadas, existem setores da sociedade brasileira onde as escolhas e trajetórias profissionais ainda são determinadas por estruturas sociais que indicam a permanências das condições de subordinação da mulher negra. Por outro lado, é possível identificar nas entrevistadas elementos de resistência à precarização do trabalho e ao histórico processo de discriminação de raça e gênero a que foram submetidas desde a infância e que se revelam na luta contra as condições de trabalho e pelo reforço de suas identidades como mulheres negras.

Palavras-chave: Relações de gênero e raça. Precarização do trabalho. Identidade social.

ABSTRACT

This article is the result of a research that investigated the relationships between gender, race and job insecurity in a Pedro II School cooks ladies group in Rio de Janeiro. Starting from the fact that the cooks are a group largely made up of black women living in the periphery, the study sought to examine the relationship between the social trajectory of the interviewees and their employability. The finding was that there is a direct link between the fact of being female and black, the exercise of cooks profession and conditions of precariousness, experienced daily in the workplace. The survey results allow us to conclude that even after advances in relation of gender and race in the past decades, there are sectors of Brazilian society where the choices and career paths are still determined by social structures. This is a clear evidence of the permanence of conditions subordination of black women. On the other hand, it is possible to identify in interviews resistance elements to precarious work and history of race discrimination process and gender that they were submitted since childhood. This is revealed in the fight against the working conditions and strengthening of their identities as black women.

Keyword: Gender relations and race. Job insecurity. Social identity.

INTRODUÇÃO

A pesquisa aqui apresentada é parte de uma investigação que surge de uma situação peculiar. Certo dia em 2013, no refeitório do Campus Realengo II do Colégio Pedro II, dois estudantes formularam a seguinte indagação: ***“Por que nossas merendeiras são todas mulheres e negras e nossos diretores são homens e brancos?”*** Essa pergunta que gerou

¹ Doutor em Ciências Humanas (Sociologia). Professor do Departamento de Sociologia e do Mestrado Profissional em Práticas de Educação Básica do Colégio Pedro II. E-mail: mendeslima@ibest.com.br

² Bolsista de Iniciação Científica do Colégio Pedro II. Graduanda em Medicina e Cirurgia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

(e ainda gera) em muitos um certo incômodo, é a gênese do projeto *Quem Traz na Pele Essa Marca: trajetórias de afrodescendentes em instituições de ensino no Rio de Janeiro*, que busca investigar os diferentes processos de inserção da população negra em instituições de ensino na cidade do Rio de Janeiro.

Esse questionamento nos impulsionou a investigar as interseções entre gênero, raça e precarização do trabalho em um grupo de merendeiras do Colégio Pedro II no Rio de Janeiro. Partindo da constatação de que as merendeiras são um grupo formado majoritariamente por mulheres negras moradoras da periferia, o estudo procurou analisar as relações entre a trajetória social das entrevistadas e sua inserção profissional.

A metodologia utilizada combinou entrevistas com foco nas histórias de vida desse conjunto de mulheres e revisão bibliográfica de diferentes pesquisas realizadas sobre esses temas no Brasil. Nesse aspecto, foram realizadas entrevistas qualitativas com as merendeiras, com o objetivo de elaborarmos um mapa de suas vidas para que pudéssemos a partir do agrupamento das informações e relatos encontrar pontos pertinentes e tangências capazes de definir quais são os fatores que influenciam nas posições ocupadas no mercado de trabalho pela mulher, sobretudo, pela mulher negra. Essas entrevistas foram analisadas à luz das discussões acadêmicas sobre gênero, raça e trabalho encontradas em diferentes pesquisas e materiais produzidos por pesquisadoras e pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Os resultados apontam para uma vinculação direta entre a trajetória profissional e as relações de gênero e raça dominantes na sociedade brasileira.

I RELAÇÕES DE GÊNERO E RAÇA EM UMA SOCIEDADE DESIGUAL

Nas últimas décadas, há uma ampliação dos estudos que discutem a posição da mulher na sociedade contemporânea. Cyfer (2010), resgatando a história do movimento feminista, em particular as contribuições de Simone de Beauvoir e Gayle Rubin, destaca que a identidade feminina é uma construção social que resulta das interações estabelecidas entre homens e mulheres. Na sociedade patriarcal, essa relação é hierarquizada e está na raiz das distinções sociais que colocam a mulher numa posição subordinada socialmente. Cheron (2013) chama a atenção para a importância dos estudos de gênero para a desconstrução das diversas formas de legitimação da discriminação sofrida pelas mulheres, principalmente por romper com a naturalização da relação entre os sexos.

Saffioti (2004) polemiza ao alertar para duas questões. A imbricação entre relações de gênero e poder e entre o capitalismo e o patriarcado. A partir daí, denuncia a autora, cria-se a justificativa para a divisão sexual do trabalho que coloca as mulheres numa posição de inferioridade em relação aos homens, na medida em que esse processo típico da sociedade patriarcal, destina à mulher o espaço social do lar em detrimento de uma maior participação nas decisões públicas sobre a vida social. Confinadas ao espaço doméstico, as mulheres experimentam também o silêncio da sociedade diante das diversas formas de violência que têm como origem as relações entre os gêneros.

O Mapa da Violência 2015 – homicídios de mulheres no Brasil – (WAISELFISZ, 2015) aponta para o aumento na taxa de homicídios de mulheres que passa de 2,3 vítimas por 100 mil, em 1980, para 4,8 em 2013, o que configura um aumento de 111,1%. Ainda que diversos fatores e fenômenos possam explicar esse aumento, entre eles o crescimento das denúncias de violência registradas principalmente após a entrada em vigor da Lei 11.340/2006, mais conhecida como lei Maria da Penha, e a criação das delegacias especializadas em crimes contra as mulheres, os índices demonstram que, no caso das mulheres, 27,1% dos homicídios ocorrem nos domicílios, enquanto nos homens esse índice atinge 10,1%. O mesmo levantamento aponta que 67, 2% dos atendimentos a mulheres

vítimas de violência indicam que os agressores são familiares e parceiros³.

Essa realidade tem impactos objetivos e subjetivos na construção das identidades e das trajetórias femininas. E remetem à necessidade de políticas públicas que denunciem e promovam, simultaneamente, novas formas de organização das relações de gênero. Prá e Epping (2012) reafirmam que separar as relações de gênero das demais relações sociais pode impedir a problematização de diversas formas de hierarquização que existem tanto na esfera pública quanto na esfera privada.

Cheron (2013, p. 9) destaca que a busca pela igualdade de gênero “implica reconhecer a existência de estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais que não são neutras do ponto de vista do gênero.” De acordo com ela, “políticas públicas supostamente neutras e que aparentem beneficiar tanto o segmento masculino quanto o feminino, na verdade podem reforçar divisões e trazer desvantagens para as mulheres.”

Em que pese a ampliação das políticas que visam a redução da desigualdade entre homens e mulheres, vários estudos apontam a persistência na realidade brasileira de situações sociais nas quais as estruturas patriarcais se sobrepõem nas relações sociais. Pesquisa realizada em 2014 com jovens entre 16 e 24 anos apresenta dados que confirmam que a discriminação de gênero está enraizada na estrutura social brasileira⁴. Se por um lado, 96% dos que responderam aos questionários da pesquisa reconhecem que a sociedade brasileira é machista, a maioria absoluta dos respondentes adota padrões discriminatórios e preconceituosos para avaliar o comportamento feminino.

Romeiro (2013) alerta para a discriminação que sofrem as famílias populares chefiadas por mulheres. Se no âmbito das camadas médias essas famílias são propagadas como exemplo da emancipação feminina, nas classes populares sofrem com o estigma da incompletude e da desestruturação. Como trataremos adiante, muito dessa diferença de tratamento está relacionada ao preconceito vigente quanto à origem racial das mulheres que conduzem essas famílias.

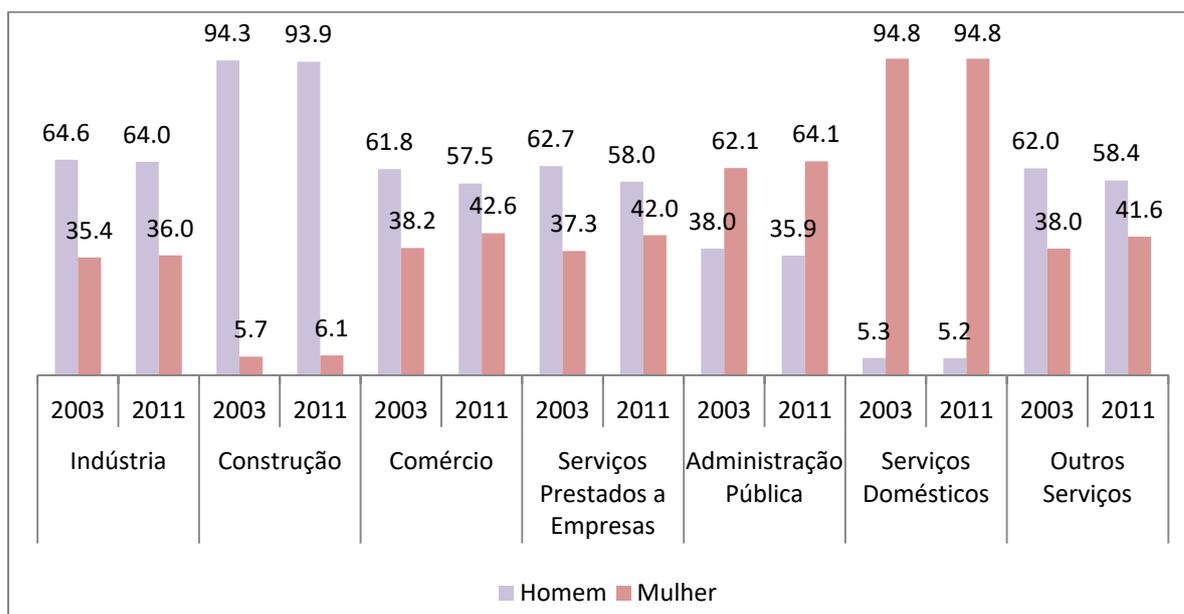
A manutenção de uma lógica social na qual o trabalho doméstico é ainda atribuído quase exclusivamente às mulheres (SANTOS 2013), colabora para que as atividades profissionais exercidas no mercado de trabalho sejam marcadas, principalmente no caso de representantes das classes populares, pela reprodução das relações de subordinação vivenciadas em casa.

O Gráfico 1 mostra que a participação da mulher no mercado de trabalho vem aumentando nos últimos anos. Entretanto, na maioria dos setores, ainda é inferior à participação masculina. Nesse sentido, os dados contribuem para a reflexão sobre as relações de gênero no mercado de trabalho. Por um lado, a expressiva presença na administração pública (64,1%) pode ser explicada por conta do acesso via concursos públicos, onde o recorte de gênero causa menor impacto. Por outro lado, no caso dos serviços domésticos (94%), há uma indicação de que essa participação da mulher no mercado de trabalho está sujeita à reprodução das relações sociais que colocam a mulher como responsável pelas atividades domésticas, o que tem como uma de suas consequências um menor rendimento médio obtido pelas mulheres em relação aos homens no mercado de trabalho.

³ Dados que são confirmados por levantamento realizado, em 2013, pelo Data Senado sobre violência doméstica contra a mulher. Link http://www.senado.gov.br/senado/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Violencia_Domestica_contra_a_Mulher_2013.pdf

⁴ Pesquisa do Data Popular em parceria com o Instituto Avon. Disponível no Link http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2014/12/pesquisaAVON-violencia-jovens_versao02-12-2014.pdf

Gráfico 1- Brasil: Participação na população ocupada, por grupamentos de atividades, segundo o sexo (%) - (2003 e 2011)*

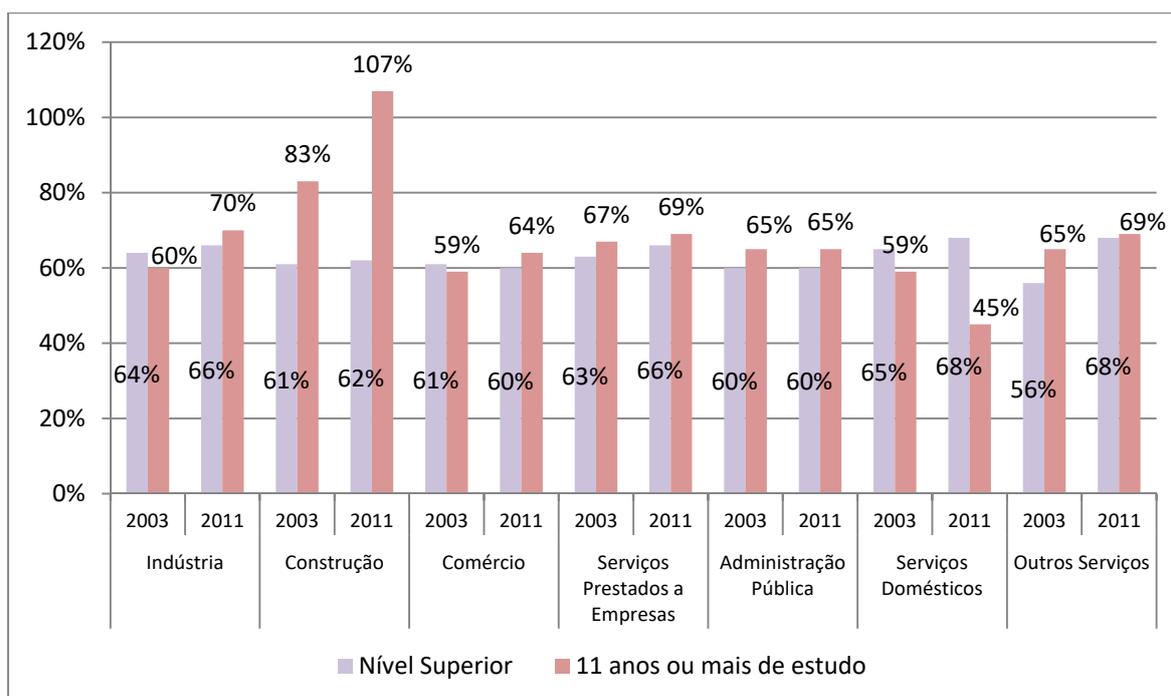


Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Emprego (2003;2011)

Nota: (*) Média da população ocupada mensal.

O Gráfico 2 e a Tabela 1 indicam como a desigualdade de gênero no mercado de trabalho atinge mulheres de todos os segmentos, mesmo aquelas que possuem ensino superior.

Gráfico 2 – Brasil: Razão do rendimento médio real* habitual das mulheres ocupadas em relação à população masculina ocupada com 11 anos ou mais de estudo e com nível superior, por grupamentos de atividades (2003/2011**)



Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Emprego (2003;2011)

Nota: (*) Média dos rendimentos mensais; (**) Em R\$ a preços de dezembro de 2011.

Tabela 1 – Brasil: Razão (%) do rendimento médio real do trabalho das mulheres em relação ao dos homens (2003 – 2011)*

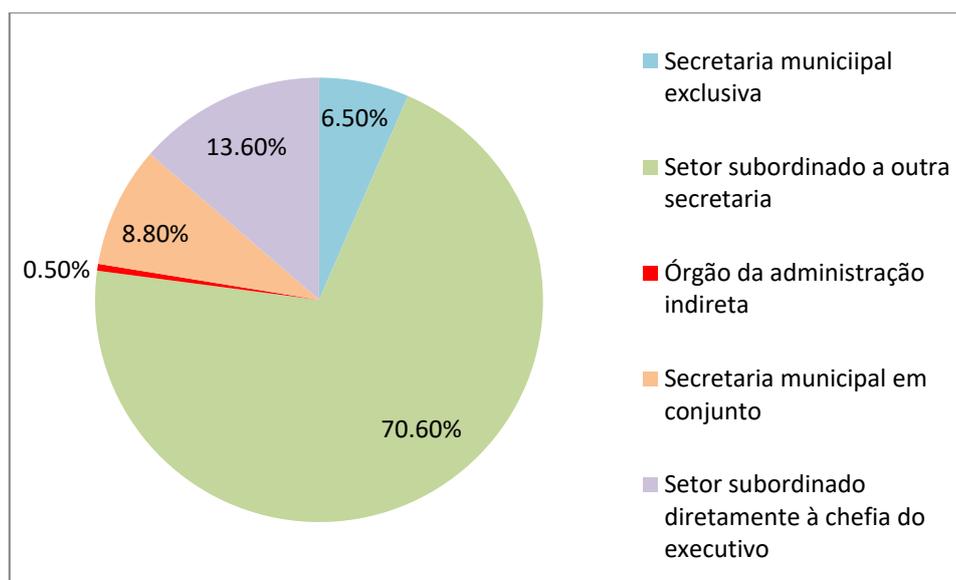
Especificação	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Razão da remuneração do trabalho entre mulheres e homens	70,8	71,0	71,2	70,6	70,5	71,0	72,3	72,3	72,3

Fonte: IBGE – PME 2003-2011

Nota: (*) Média das estimativas mensais

Neste aspecto, é possível observar que os percentuais de rendimento médio das mulheres em relação aos homens não sofrem alterações significativas no período 2003-2011. Parte da explicação desse fenômeno pode ser encontrada no fato de que apesar da ampliação e promoção de políticas de igualdade de gênero, uma parcela importante dos organismos responsáveis pela implementação dessas políticas é subordinada a outros setores da administração pública, o que eventualmente pode colocar as políticas de igualdade de gênero em segundo plano frente às demais ações do poder executivo. O Gráfico 3 apresenta dados de 2009, referente aos municípios brasileiros.

Gráfico 3 – Brasil: Percentual dos municípios com organismos de políticas para as mulheres, segundo o tipo de organismo (2009)



Fonte: IBGE – Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais, 2009.

No caso das mulheres negras, há uma sobreposição dessa discriminação. Às desigualdades de gênero soma-se a desigualdade racial. Dados de diferentes fontes confirmam que ser negro no Brasil é ser vítima de diversas formas de subalternização e violência. Por exemplo, pesquisa do IPEA em 2010, apontou que apesar de representar 7% da população, os jovens negros eram 24% das vítimas de homicídio. Informação confirmada pelo mapa da violência de 2013 (WASELFISSZ, 2013). Em 2002, do total geral de homicídios, 58,6% eram de negros. Em 2011, esse índice aumentou para um percentual de 71%, o que indica uma vitimização alarmante da população negra.

Lima (2016) afirma que, no Brasil, o racismo é uma forma de dominação e como tal possui modos objetivos e subjetivos de ser imposto à população negra. De um lado, são negadas as condições objetivas para que os negros possam disputar, em condições de

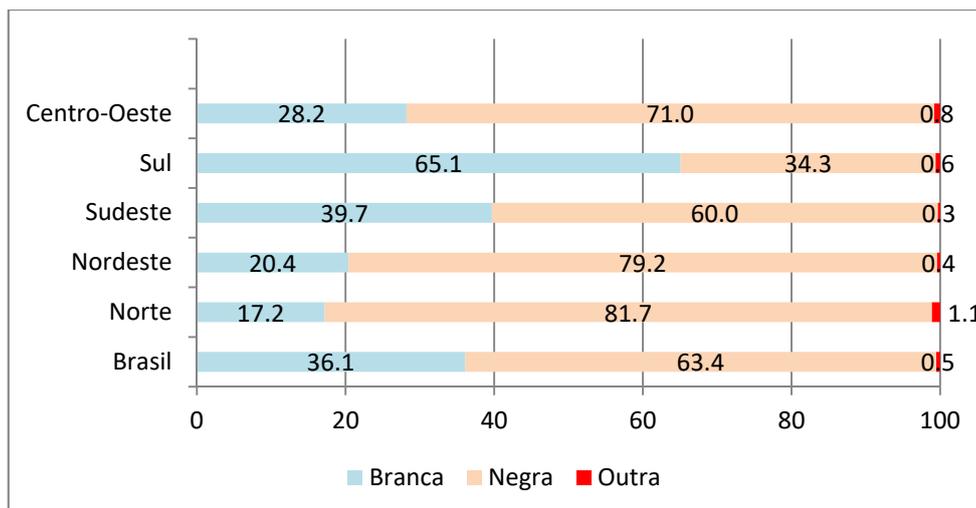
igualdade com os brancos, espaços e posições na sociedade (HASENBALG, 2005). Somada a essa situação temos a construção subjetiva de uma suposta inferioridade das práticas e valores da cultura negra, relegada a segundo plano inclusive nas instituições de ensino.

As mulheres negras sofrem então com um duplo processo de discriminação – de gênero e raça – e por conta disso, vivenciam uma posição de extrema vulnerabilidade social, que na visão desse texto vai além da questão econômica. Configura-se como uma experiência sociocultural que perpassa as diversas esferas da vida e está associada às diversas situações de violência e subordinação vividas no cotidiano que vão da violência física à imposição de padrões de beleza eurocêntricos. Mello (2013, 8) destaca que as mulheres negras são o grupo que mais sofre em qualquer situação com o problema do desemprego e da baixa remuneração. Pesquisa do IPEA, divulgada em 2011, informa que a distribuição de renda per capita evidencia a condição de dupla desigualdade experimentada pelas mulheres negras. Nessa pesquisa, dados relativos à distribuição da renda *per capita* de acordo com gênero e etnia, indicam que a mulher negra é quem possui menor renda (R\$ 544,00), sendo precedida por homens negros (R\$ 833,50), mulheres brancas (R\$ 957,00) e homens brancos (R\$ 1.491,00).

Como demonstra a pesquisa, a renda média da mulher negra equivale a apenas 30% da renda média do homem branco, o que revela uma diferença substancial entre as remunerações, reflexo da distribuição desigual de cargos e ocupações no mercado de trabalho e que impacta diretamente na qualidade de vida e nas perspectivas de mudança e ascensão social para mulheres negras e suas famílias. Podemos acrescentar, também, a essa questão a constatação de que boa parte das famílias da periferia configura-se como famílias monoparentais femininas, onde a mulher é o único gerador de renda da casa e a única responsável pelo cuidado e educação dos filhos (ROMEIRO, 2013).

Outros dados relevantes para confirmar a situação da mulher negra é a comparação com a situação ocupacional das mulheres brancas. Como o gráfico a seguir indica, o trabalho doméstico é exercido prioritariamente pelas mulheres negras, o que indica uma situação de insegurança acentuada, principalmente se considerarmos os dados anteriores à promulgação da Lei complementar 150 de 01 de junho de 2015, que estende às empregadas domésticas os direitos trabalhistas das demais categorias profissionais. Dados do Relatório Anual Socioeconômico da Mulher de 2014 (BRASIL, 2014), apresentados no Gráfico 4, indicam que 28% das empregadas domésticas possuíam, em 2012, carteira assinada e os rendimentos mensais das mulheres negras constituíam 86% dos rendimentos das empregadas domésticas brancas. (BRASIL, 2014).

Gráfico 4 – Brasil: Distribuição das mulheres de 16 anos ou mais de idade, ocupadas no trabalho doméstico, por cor ou raça segundo as grandes regiões (2012)



Fonte: IBGE - PNAD 2012.

II GÊNERO, RAÇA E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Desde a década de 1990, há em curso no Brasil um processo crescente de precarização do trabalho. Esse movimento está associado às transformações em curso no mundo do trabalho nas últimas décadas. Transformações essas que têm como consequência a perda de protagonismo dos sindicatos e dos trabalhadores frente às políticas implantadas pelo capital.

Alves (2009) discute que a precarização do trabalho é parte de um processo mais amplo, o crescimento do modelo neoliberal:

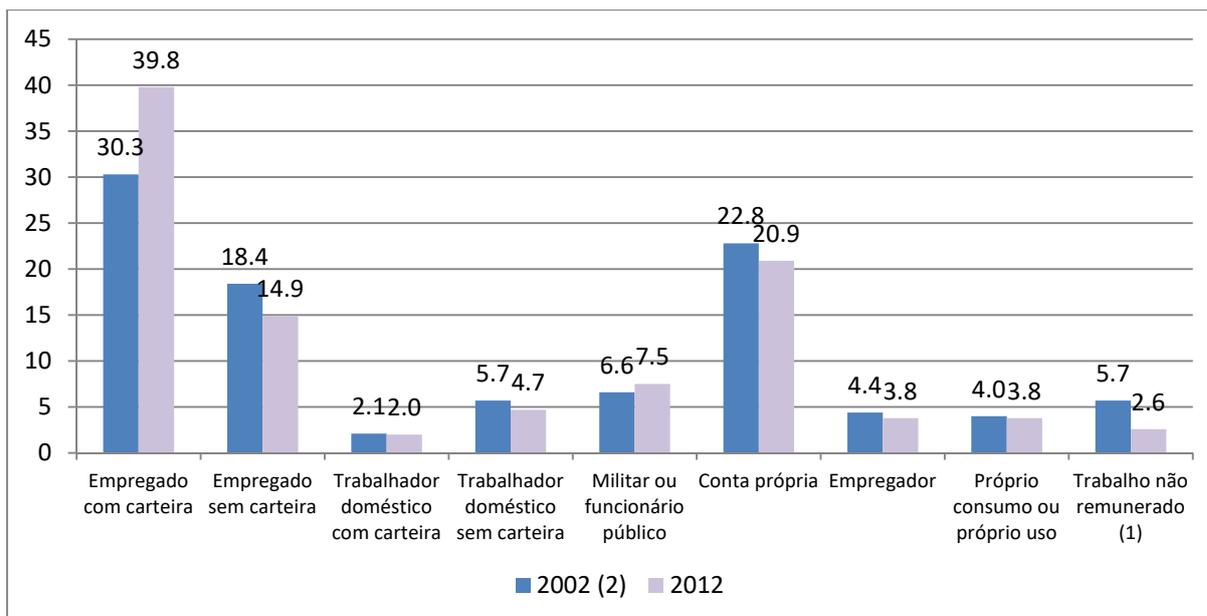
A experiência da precarização do trabalho no Brasil decorre da síndrome objetiva da insegurança de classe (insegurança de emprego, de representação, de contrato etc.) que emerge numa textura histórica específica – a temporalidade neoliberal.” (ALVES 2009, p. 189).

De acordo com o autor, esse é um movimento que se caracteriza pelo aumento exponencial da exploração do trabalho. Druck (2011) apresenta dados de pesquisas sobre o mercado de trabalho no Brasil que em alguns momentos indicam a presença de mais de quase 60% dos trabalhadores brasileiros sem proteção adequada⁵.

Dados mais recentes mostram a manutenção dessa característica do mercado de trabalho brasileiro. No Gráfico 5, dados da PNAD 2012 indicam que a soma dos trabalhadores protegidos de acordo com a lei (empregados com carteira, trabalhador doméstico com carteira, funcionários públicos) representa 49,3% da população ocupada. Os trabalhadores sem proteção adequada (empregado sem carteira, trabalhador doméstico sem carteira, conta própria) somam 40.5% da população ocupada.

Gráfico 5 – Brasil: Distribuição percentual das pessoas com 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, segundo a posição na ocupação (2002/2012)

⁵ Esses dados são obtidos através do cruzamento de dados das PNAD entre 2001 e 2009. Os 60% mencionados pela autora resultam da soma dos trabalhadores ocupados sem carteira assinada com os desempregados, o que em 2009, totalizava mais de 60 milhões de trabalhadores.



Fonte: IBGE – PNAD 2002 e 2012.

Notas: (1) Trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar; e outro trabalhador não remunerado.

(2) Exclusiva a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Druck (2011) afirma que, na primeira década do século XXI, enquanto o trabalho protegido (militares, funcionários públicos e com carteira assinada) cresce na proporção de 44%, o trabalho sem carteira assinada sobe 43%, o que indica que apesar do crescimento econômico do período, há uma manutenção de uma característica da força de trabalho brasileira que são os altos índices de informalidade.

Entretanto, mesmo no emprego formalmente protegido, as condições de trabalho são inadequadas. Antunes (2014) alerta que a expansão dos postos de trabalho e o surgimento de novas categorias profissionais é acompanhada de uma ampliação contínua da exploração e precarização das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores que permitem a existência de situações como a relatada a seguir:

Eu trabalhava das 2 às 8 da noite, eu ficava 6 horas sentada, só tinha 15 minutos para tomar café e ir ao banheiro. [...] eram 6 horas sentada recebendo ligação direto. Eu não quero ficar sentada num lugar 6 horas por dia sem você poder se movimentar. (ANTUNES 2014, 47)

Ao traçar um panorama das novas configurações do trabalho, Praun (2014) descortina uma das características da flexibilização do trabalho e das leis trabalhistas no Brasil: A desigualdade na remuneração dos trabalhadores dentro de uma mesma empresa (Tabela 2).

Tabela 2 – Renda média dos trabalhadores na General Motors (em R\$)

Anos	São Caetano do Sul	São José dos Campos	Gravataí
2012	5.996,19	4.813,21	2.505,43
2011	6.223,66	4.928,22	2.549,64
2010	6.883,78	4.851,84	2.643,27
2009	6.725,46	4.751,31	2.569,74
2008	5.906,93	4.628,50	2.666,82
2007	6.434,58	4.767,54	2.592,50

Fonte: Dieese (2012, apud PRAUN, 2014).

Barbosa (2013) alega que a precarização do trabalho não é uniforme. Ela atinge de maneira mais intensa setores com reduzida organização sindical ou categorias formadas majoritariamente por grupos sociais discriminados socialmente. É o caso tanto dos

trabalhadores da GM de Gravataí da Tabela 2, quanto das merendeiras, que na condição de categoria profissional formada por mulheres negras da periferia, sofre sobremaneira com os efeitos do processo que descrevemos anteriormente. Por isso, enquanto trabalhadoras terceirizadas são produto direto dessa precarização, na medida em que suas condições de contratação, remuneração e exercício da atividade profissional são marcadas pela fragmentação e precarização da atividade.

Sendo assim é possível identificarmos que as merendeiras são vítimas de três processos relacionados: a discriminação de gênero; o racismo no Brasil; e a precarização do trabalho fruto das políticas neoliberais crescentes desde o fim do século XX. Como resultado disso, se a inserção feminina no mercado de trabalho pode ser interpretada como uma conquista, para a mulher pobre e negra, moradora da periferia, ela apresenta simultaneamente outra face, a da opressão, na medida em que, de modo geral, ao saírem do ambiente do lar para tentarem conquistar o espaço público, essas mulheres, assumem papéis e cargos que já lhe eram atribuídos na vida familiar, trabalhando em ocupações que mimetizam as suas funções desempenhadas no meio doméstico.

III MULHERES, NEGRAS E MERENDEIRAS. DESTINOS TRAÇADOS?

As entrevistas com as merendeiras foram realizadas em 2014 e 2015. Por conta desse espaço temporal foi possível vivenciar junto com elas dois momentos singulares. O primeiro, o da reflexão sobre sua trajetória individual e o segundo, o momento de luta contra o desrespeito aos seus direitos trabalhistas por parte da empresa da qual eram contratadas.

No total foram acompanhadas as trajetórias das merendeiras que atuaram no Campus Realengo II nesse período. Após os movimentos de luta contra a empresa algumas das entrevistadas foram transferidas de campus. Ao longo das nossas entrevistas, encontramos mulheres com idade entre 35 e 56 anos. Todas as entrevistadas nasceram, foram criadas e ainda moram em bairros periféricos, locais onde, historicamente, concentra-se a população negra. Além disso, nenhuma delas possui o ensino médio completo, a maioria apenas completou o ensino fundamental.

Os fatores apontados por todas elas para esse abandono precoce da escola foram a necessidade de começar a trabalhar para contribuir com as despesas da casa e/ou a necessidade de cuidar dos irmãos mais novos para que a mãe (a maior parte das famílias eram monoparentais femininas) e o pai/padrasto (quando presente) pudessem trabalhar. A partir desses primeiros dados, observamos o início da construção e a conseqüente imposição das marcas de gênero sobre elas, reforçadas e precipitadas pelo fato de pertencerem a classes sociais mais baixas.

Em sua infância, eram responsáveis pelo cuidado dos irmãos mais novos (o número de irmãos variou de cinco a nove), cozinhando, limpando, lavando, ou seja, dando conta de todos os afazeres domésticos. Essa realidade refletiu-se nas suas opções profissionais, determinando os tipos de empregos que vieram a ocupar, isto é, nossas entrevistadas começaram a trabalhar cedo com idades entre 13 e 16 anos, em ocupações como empregadas domésticas e posteriormente empresas de serviços gerais como auxiliares de limpeza ou copeiras/cozinheiras.

Nos seus discursos, ao questionarmos o porquê de terem “optado” ou mesmo se adaptado ao trabalho como merendeiras recorrentemente ouvíamos, “*o meu sonho sempre foi trabalhar como merendeira*”, “*eu sempre gostei de cozinhar, então [...] eu uni o útil ao agradável*”, “*sempre gostei de trabalhar com cozinha*”, “*gosto de trabalhar com criança, eu sou apaixonada por criança, tanto sou apaixonada que eu tive um filho só que [porque] não consegui engravidar mais*”, “*dom de trabalhar com crianças*”. Revela-se nesses

discursos uma das consequências da subordinação de gênero, a naturalização do lugar social destinado à mulher na sociedade patriarcal. Nesse sentido, a maioria das entrevistadas corrobora a ideia de que a trajetória profissional é reflexo de aptidões “naturais” da mulher. De certo modo, pode-se entender esse discurso, também, como uma forma de convencimento pessoal de que sua posição social é uma escolha e não uma determinação das estruturas sociais e da opressão sofrida.

Como algumas das entrevistadas já tiveram experiências em outras cozinhas, como em restaurantes ou cursos profissionalizantes, foram questionadas sobre a distribuição de homens e mulheres na cozinha. Isso permitiu assumir que apesar de existirem mais mulheres que homens trabalhando no setor, as posições mais valorizadas são ocupadas por homens. Ao tentar explicar essa configuração, aparece um início de problematização dessa divisão do trabalho:

Não sei, gente, não sei se é a firma que tem o preconceito [...] não sei, a firma da gente não tem homem, só mulher cozinheira. Entendeu? Mas o mercado de cozinha, esses cursos aí, nossa, estava fazendo curso na FAETEC, tem muito mais homem que mulher de cozinheira, fazendo curso, entendeu? Os homens estão se apegando também a essa profissão pra caramba, até mais que as mulheres. *As mulheres já têm aquela coisa de fazer em casa* e os homens não, para eles é novidade [...] entendeu? Até conheço um monte de sobrinhos meus que cozinham bem à beça, que gosta de cozinhar.

Cabe observar que o ato de cozinhar não é visto como uma atribuição social dos homens. Em uma das respostas a essa pergunta, uma entrevistada afirma que há “um jeito da mulher para essas coisas”. Ou seja, é “natural” na visão delas que as mulheres não precisem de curso para cozinhar, afinal é uma atribuição social delas.

Outro dado, que apoia a forte naturalização dos papéis de gênero em suas vidas, foi obtido ao questionarmos as entrevistadas sobre o que significava para elas a expressão genérica “ser mulher”. Em suas falas, o ponto central era o próprio cuidado com os filhos e o marido, além disso, é citado por elas um conceito que pode ser resumido na expressão “ser guerreira”, que faz alusão à série de conflitos e enfrentamentos que as mulheres se deparam ao longo da vida, que apesar de não estarem claramente explícitos em respostas diretas a perguntas como “Você já sofreu algum tipo de discriminação ou violência por ser mulher?” (A maioria respondeu negativamente essa pergunta) ou “Qual a influência do sexo e da etnia na escolha e nas oportunidades de profissão?” (A maioria respondeu que não existe ou não soube responder), podem ser captados ao analisarmos as suas trajetórias de suas vidas (e das suas antepassadas) e nos depararmos com o abandono masculino, a necessidade de se tornarem chefes de família, a violência doméstica e a maternidade precoce.

Sendo assim, ao entendermos o seu processo de inserção no mercado de trabalho e abandono da escola como uma necessidade para contribuir com as despesas familiares é possível enxergarmos como a situação de pobreza a qual foram submetidas desde a infância foi determinante para explicar o lugar social ocupado por elas hoje em dia. Em outras palavras significa que os pertencimentos de gênero e raça, ainda que muitas vezes silenciado é determinante na definição da trajetória das merendeiras.

Entretanto, ainda que não se proponham a uma atuação militante e que haja uma naturalização de gênero e raça na sociedade brasileira, as entrevistadas demonstram um inconformismo latente com a situação que vivem cotidianamente. É possível perceber declarações acerca das dificuldades de viver na periferia, os conflitos com maridos e companheiros e um desejo por vezes bastante visível de que seus filhos trilhem um caminho diferente.

Em todas as entrevistas, a educação foi apontada como um caminho para a transformação, capaz de modificar a realidade delas mesmas como profissionais, quanto de seus filhos. Uma das entrevistadas, que possui a filha mais nova estudando no próprio colégio Pedro II, identifica a entrada da filha nesse sistema de ensino como uma oportunidade que se traduz numa alegria incontida “Estudar aqui vai fazer com ela possa chegar onde não fui” diz ela. Outra merendeira, que já possui um filho adulto diz: “Meu filho me orgulha muito, ele fez faculdade”.

A primeira parte da pesquisa apontou para uma tendência de confirmação da pergunta inicial. Ou seja, há de fato uma limitação de opções para essas mulheres na definição de suas trajetórias profissionais. Limitações essas dadas pelas relações de gênero e raça que experimentam no curso de suas vidas. Entretanto, isso não ocorre sem resistências, como ficou evidenciado na experiência de luta contra a precarização que acompanhamos ao longo do ano de 2015.

No ano de 2015, as dificuldades de repasse de verbas do MEC para o Colégio Pedro II resultou em atraso no pagamento dos fornecedores e empresas prestadoras de serviço. Estes, apesar dos contratos que os obrigava a manter o pagamento e os direitos trabalhistas de seus funcionários em dia, aproveitaram-se dessa situação para tornar recorrente a prática de atrasar salários e benefícios, mesmo após terem recebido as verbas da escola.

As merendeiras então reagiram com a paralisação de suas atividades que contou com o apoio de servidores e estudantes. Nesse movimento, suas reivindicações evidenciaram uma resistência à precarização de suas atividades. Demandas como aumento no número de merendeiras para atender os estudantes, garantia de recebimento de salários e benefícios em dia, melhor organização do trabalho e das escalas de modo a reduzir a sobrecarga de trabalho. Sem um sindicato que as representasse adequadamente, elas próprias se tornaram as interlocutoras frente à escola e sua empresa.

Apesar do assédio moral sofrido por parte da empresa, as merendeiras sustentaram o movimento que foi retomado várias vezes ao longo do ano, sempre que a empresa descumpria algum acordo feito no processo. Diante da persistência delas, a Reitoria do CP2 rompeu o contrato com a prestadora e durante alguns meses se responsabilizou pelo pagamento das mesmas. Com a situação trabalhista incerta, visto que os direitos trabalhistas não eram garantidos, e contando com o apoio do sindicato dos servidores do CP2, as merendeiras conseguiram que a nova prestadora que assumiu o contrato, as mantivesse como funcionárias.

Há entre as merendeiras a clareza de que sua situação continua bastante delicada, visto que as formas de precarização são praticamente as mesmas vividas anteriormente. Contudo, o processo de luta demonstrou que o compartilhamento da trajetória de vida, ao mesmo tempo em que torna visível a existência de condicionamentos e estruturas sociais que limitam suas opções profissionais, também faz com que percebam que esse destino compartilhado pode ser um elemento indispensável para que resistam ao processo contínuo de precarização do trabalho.

IV CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados reunidos, podemos tecer alguns comentários à guisa de conclusão parcial. As merendeiras do nosso grupo de estudos ocupam um lugar específico na configuração do colégio que é influenciada pelas marcas sociais que mulheres e negras carregam em nossa sociedade. Entretanto, existe um caminho para a mudança dessa realidade tanto para elas quanto para seus descendentes.

O fato de serem mulheres e negras, o exercício da profissão de merendeiras e as condições de precarização vivenciadas cotidianamente nos locais de trabalho, expressa na

reconstituição biográfica que as entrevistadas fazem de suas vidas, revelam a interseção entre gênero, raça e trajetória profissional que se não pode ser generalizada para todas as categorias profissionais, aponta caminhos importantes de investigação sobre essas relações em nossa sociedade.

De outra maneira, os resultados além de permitem reconhecer que apesar dos avanços nas relações de gênero e raça nas últimas décadas, existem setores da sociedade brasileira onde as escolhas e trajetórias profissionais ainda são determinadas por estruturas sociais que indicam a permanências das condições de subordinação da mulher negra.

Contudo, um olhar otimista sobre o movimento das merendeiras pelo cumprimento de seus direitos nos permite identificar elementos de resistência à precarização do trabalho e ao histórico processo de discriminação de raça e gênero a que foram submetidas desde a infância e descortinam, mesmo que de maneira incipiente, possibilidades de mudança no quadro que observamos atualmente.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal – precarização do trabalho e redundância salarial. **Revista Katálysis**. Florianópolis. V.12. n.2.p.188-197 jul/dez.2009.

ANTUNES, Ricardo. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28 (81), 2014.

BARBOSA, Attila M. e Silva. Novas configurações do trabalho nos espaço urbano e rural. **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Sociologia**. Salvador, 2013.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei Complementar n.150** de 01 de junho de 2015. Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico. Brasília. DF. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei 11.340** de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília. DF.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher 2014**. Brasília, DF. 2014.

CHERON, Cibele. Enfrentamento de desigualdades de gênero no mercado de trabalho: Contribuições da metodologia feminista e de gênero ao monitoramento e avaliação de política pública. **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Sociologia**. Salvador, 2013.

CYFER, Ingrid. Liberalismo e feminismo: igualdade de gênero em Carole Pateman e Martha Nussbaum, **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, v.18, n.36, p.135-146, Jun. 2010.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Cadernos CRH**, Salvador, v.24, n.01, p.37-57, 2011.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Mensal de Emprego**. Mulher no mercado de trabalho. Março de 2008. Disponível no link

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp.pdf

LIMA, Rogério Mendes de. Educação intercultural e combate ao racismo: por uma pedagogia contra-hegemônica na escola básica. In: SILVA, Katia R. X. P.; AMPARO, Flávia V. da S. (org.) **Criatividade e interculturalidade**. Curitiba: Editora CRV, p.57-70, 2016.

MELLO, Luciana G. Beco sem saída: a persistência das desigualdades raciais no mercado de trabalho. **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Sociologia**. Salvador, 2013.

PRÁ, Jussara Reis; EPPING, Léa. Cidadania e feminismo no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n.1, janeiro-abril/2012.

PRAUN, L. **Não sois máquina!** Reestruturação produtiva e adoecimento na General Motors do Brasil. 2014. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas. Campinas, 2014.

ROMEIRO, Julieta Ferreira. “Antes só do que mal casada”: mudanças e continuidades nas famílias monoparentais femininas das camadas populares. **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Sociologia**. Salvador, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Juliana Anacleto dos. Relações de gênero na conservação do emprego doméstico no Brasil. **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Sociologia**. Salvador, 2013.

WASELFISZ, Julio J. **Mapa da Violência 2013**. Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República, 2013.

WASELFISZ, Julio J. **Mapa da Violência 2015**. Brasília: Homicídios de mulheres no Brasil. Secretaria Geral da Presidência da República, 2015.